

- Condecorada, enquanto Diretora—Geral dos Serviços de Informações de Segurança, com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos de Segurança Pública— 7 de julho de 2004.

#### Voluntariado

- Membro do Conselho Diretivo da Secção portuguesa da Comissão Nacional de Direito e Justiça.
- Vice—Presidente da Organização Não Governamental dos Juristas de Língua Portuguesa—AD-Jus.
- Sócia fundadora da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).
- Sócia fundadora da Associação Portuguesa de Fiscalistas.

207485327

#### Despacho n.º 6/2014

Considerando que com a publicação da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, se procedeu à 5.ª alteração da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 1.º daquela Lei, nomeio para o cargo de subinspetor-geral da Administração Interna o licenciado Paulo Augusto Guarda de Oliveira Ferreira, procurador da República, que vem exercendo estas funções em regime de substituição.

Mantém-se a autorização da opção pelo vencimento de origem.

O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de agosto de 2013.

18 de dezembro de 2013. — O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

#### Nota Curricular

##### Identificação

Nome: Paulo Augusto Guarda de Oliveira Ferreira  
Naturalidade: Leiria  
Data de Nascimento: 27/12/1958

##### Habilitações Académicas

Licenciado em Direito (Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1985

##### Experiência Profissional

De dezembro de 1985 a 8/05/2012:

- Investigador Principal no Serviço de Polícia Judiciária Militar (cumprimento do serviço militar obrigatório).
- Estágio de Advocacia e exercício da advocacia
- Auditor de Justiça no Centro de Estudos Judiciários
- Delegado do Procurador da República e Procurador Adjunto nas Comarcas da Marinha Grande, de Coruche, Vila Nova de Ourém, de Lisboa e no então designado Território de Macau
- Inspetor Superior Principal, em comissão de serviço na Inspeção-geral da Administração Interna
- Procurador da República na Comarca de Lisboa

##### Formação Profissional (Cursos e Seminários)

De janeiro de 1990 a 13/04/2012

- «A Tutela dos Interesses Difusos e o Acesso ao Direito e à Justiça»
- «Psicologia Judiciária»
- «Direito Processual Civil»
- «Direito Comunitário»
- «Organização Judiciária»
- «Stairs e Bases de Dados Administrativos»
- «Os cidadãos e a Sociedade de Informação»
- «Internet e Comunicação»
- «O Novo regime Jurídico de Crianças e Jovens»
- «Culturas e Segurança»
- «Análise da Informação Criminal e Criminalidade Económica»
- «O Direito Disciplinar na Administração Pública»
- «Auditoria de Recursos Humanos»
- «Ética e Corrupção no Serviço Policial»
- «Processos Penais e Suspensão Provisória do Processo - Legalidade e Oportunidade no Processo Penal»
- «Direitos Humanos e Comportamento Policial»
- «Gestão Documental SmartDocs - Utilização»
- «Segurança Interna e Controlo Externo das Forças e Serviços de Segurança»
- «Direito das Contraordenações»

- «Código do Procedimento administrativo (para juristas)»
- «Curso Complementar de Direito do Desporto»

#### Intervenções

- Em novembro de 1999 participou, como conferencista convidado no seminário internacional sobre «Criminalidade Organizada de Origem Asiática», organizado pela DCCB da Polícia Judiciária, com o tema «A Criminalidade Organizada no Território de Macau»;

- Em março de 2001, procedeu à apresentação de comunicação oral, na Escola Prática da Guarda Nacional Republicana, em Queluz, dirigida a oficiais daquela força de segurança, subordinada ao tema «A notícia do crime - O auto de notícia»;

- Em março de 2006, procedeu à apresentação de comunicação oral, no Instituto de Reinserção Social, dirigida a juristas deste serviço, subordinada ao tema «Do procedimento disciplinar na função Pública»;

Em março de 2007, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, participou como conferencista convidado no colóquio sobre «Saídas Profissionais - A Aplicação Prática no Mundo do Direito», organizado pelo Núcleo de estudantes de Direito da Associação académica de Coimbra, com o tema «A Magistratura do Ministério Público»;

Em outubro de 2008, em Luanda, no âmbito e ao abrigo do acordo Especial de Cooperação entre a República de Angola e a República Portuguesa em matéria de segurança interna firmado em Luanda, em 12 de julho de 1995, e aprovado pelo Decreto n.º 25/97, de 31 de maio, participou como orador numa ação de cooperação subordinada ao tema a justiça disciplinar, apresentando um trabalho intitulado «Divagações Breves em Torno da Responsabilidade Disciplinar Emergente dos Regulamentos Disciplinares em vigor na República de Angola»

207484963

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça

#### Despacho n.º 7/2014

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pela Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, do n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2013, de 11 de dezembro e do n.º 1 do despacho de subdelegação de competências de 17 de dezembro de 2013 da Senhora Ministra da Justiça, subdelego no conselho diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ, I.P.) as competências para a prática dos atos necessários à aquisição de serviços de comunicações de dados no âmbito da Rede de Comunicações da Justiça, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 da referida Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2013.

2 — O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

18 de dezembro de 2013. — O Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça, *Fernando Ferreira Santo*.

207481852

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Direção-Geral de Energia e Geologia

#### Aviso n.º 1/2014

Faz-se público, nos termos e para efeitos das disposições conjugadas constantes do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90 de 16 de março e do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de abril, que CORBÁRIO — Minerais Industriais S. A., requereu a celebração de contrato de concessão de exploração de depósitos minerais de caulino, numa área denominada Almagreira, localizado nas freguesias de Almagreira e Pombal, no concelho de Pombal, distrito de Leiria, ficando a corresponder-lhe uma área de 439,0057 hectares, delimitada pela